



DECRETO N 171, DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

Regulamenta a modalidade de licitao denominada pregão, nas formas presencial e eletrnica, para aquisio de bens e serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, no âmbito do Município de Guatapar.

O Prefeito Municipal de Guatapar, **JURACY COSTA DA SILVA**, no uso de suas atribuioes legais;

**D E C R E T A:**

**CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIOES PRELIMINARES**

**Art. 1** Este Decreto estabelece normas e procedimentos para a realizao de licitao na modalidade de pregão, nas formas presencial e eletrnica, para aquisio de bens e de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, no âmbito da Administrao Pública Municipal Direta e Indireta.

**Parágrafo nico.** Será adotado preferencialmente o pregão eletrnico, sendo que a inviabilidade da sua utilizao deverá ser justificada pelo dirigente ou autoridade competente.

**Art. 2** Pregão é a modalidade de licitao em que a disputa pelo fornecimento de bens ou pela prestao de serviços comuns é feita por meio de proposta escrita, permitindo-se aos licitantes a alterao dos preços por meio de lances verbais ou eletrnicos, em sessão pública.

** 1** Consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser, concisa e objetivamente, definidos no objeto do



edital, em perfeita conformidade com as especificaes usuais praticadas no mercado.

**§ 2°** Excetua-se do disposto neste artigo:

**I** - os serviços cujas especificaes não sejam usualmente quantificáveis ou que dependem direta ou indiretamente de avaliação técnica;

**II** - as locações imobiliárias e alienações em geral.

**§ 3°** Atendido o disposto no § 1°, o pregão poderá ser utilizado:

**I** - independentemente do valor estimado para o objeto da licitação e para as licitações do tipo menor preço ou maior desconto ofertado;

**II** - em licitações precedidas de pr-qualificação de objeto.

**Parágrafo nico.** Serão fixados critérios objetivos para definição do melhor preço, considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade, as diretrizes do plano de gestão de logística sustentável e as demais condições estabelecidas no edital.

**Art. 3°** Para os efeitos deste Decreto, os termos abaixo são assim definidos:

**I** - Administração: rgo, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente;

**II** - Administração Pública: a Administração Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas e mantidas;

**III** - amostra: bem apresentado pelo licitante, caracterizado pela natureza, espécie e qualidade do futuro fornecimento, para exame pela Administração;



**IV** - CAFIMPM: Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública do Município de Guatapar, gerenciado pela Diretoria de Suprimentos e Controle Patrimonial;

**V** - CRC: Certificado de Registro Cadastral, emitido pela Administração Direta e Indireta do Município e por ela gerenciado, que poderá substituir os documentos de habilitação exigidos no edital, conforme o caso;

**VI** - chave de identificação: conjunto de caracteres que identificam, individualmente, o usuário do sistema eletrnico;

**VII** - coordenador: rgo ou entidade responsável pelo desenvolvimento e manutenção do sistema de pregão eletrnico e os demais sistemas que a ele do suporte;

**VIII** - credenciamento no pregão eletrnico: procedimento por meio do qual o coordenador outorga ao licitante, ou seu representante legal, chave de identificação e senha para acesso ao sistema eletrnico, necessários  formulação de propostas e  prática de todos os demais atos inerentes ao pregão eletrnico;

**IX** - credenciamento no pregão presencial: procedimento por meio do qual a Administração outorga ao licitante ou seu representante legal, após a verificação do estrito atendimento dos requisitos previstos no edital, os poderes necessários para a formulação de propostas e a prática de todos os demais atos inerentes ao pregão presencial;

**X** - item: termo genérico usado para identificar e especificar as características do produto ou serviço, podendo ser partes, componentes, conjuntos, acessórios, grupos ou agrupamentos;

**XI** - lote: reunião de produtos, licitados por menor preço global, que habitualmente são fornecidos por empresas do mesmo ramo de atividade, visando tornar economicamente viável a competição; nesse caso, como critério de julgamento, será vencedor do lote o licitante que ofertar o menor preço, o qual será obtido



pelo somatório do preço unitário dos produtos multiplicados pela quantidade total estimada;

**XII** - métodos de autenticação de acesso: recursos de tecnologia da informação que visam garantir a autenticidade da identificação de quem está acessando o sistema eletrnico e das informaçoes nele inseridas e disponibilizadas;

**XIII** - pr-qualificação de objeto: É o procedimento auxiliar da licitação por meio do qual a Administração, mediante aviso de edital específico, convoca possíveis interessados a apresentar amostra, produto ou serviço para exame e deliberação, segundo critérios objetivos, restringindo-se a futura licitação ao objeto pr-qualificado;

**XIV** - preço presencial: É a forma de preço realizada em ato público presencial, em que é permitido aos licitantes alterar o preço das propostas exclusivamente por meio de lances verbais decrescentes, não se admitindo correspondência postal, fax ou outros meios de comunicação  distância;

**XV** - preço eletrnico: É a forma de preço em que os atos são realizados  distância, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação que promovam a comunicação pela internet, sendo permitido aos licitantes alterar o preço das propostas exclusivamente por meio de lances eletrnicos decrescentes;

**XVI** - recursos de criptografia: recursos que permitem transmitir informaçoes e dados em cifra ou em código, mediante o uso de uma palavra-chave secreta, de disponibilidade restrita a pessoas credenciadas, para decifrar a mensagem recebida;

**XVII** - obra: construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de bem imóvel, realizada por execução direta ou indireta;

**XVIII** - serviço: atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da administração pública;



**XIX** - serviço comum de engenharia: atividade ou conjunto de atividades que necessitam da participao e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei não 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administrao pública, mediante especificaes usuais de mercado;

**XX** - sistema eletrnico: conjunto de programas de computador que, por meio de recursos de tecnologia da informao, automatizam rotinas e procedimentos, utilizando métodos de autenticao de acesso, recursos de criptografia e outros que garantam:

- a) aos licitantes, confiabilidade no sigilo das informaes, e condies adequadas de segurança em todas as etapas do processo;
- b)  Administrao Pública Municipal, o implemento da competio, pelo sigilo da autoria dos lances;
- c)  sociedade, a máxima transparência e a possibilidade de acompanhamento em tempo real, por meio da internet.

**XXI** - termo de referência: É o documento necessário nas contrataes de compras e/ou serviços devendo incluir toda descrio detalhada, metodologia, desenhos e especificaes, contendo ainda os elementos necessários e suficientes:

a) os elementos que embasam a avaliao do custo pela administrao pública, a partir dos padrões de desempenho e qualidade estabelecidos e das condies de entrega do objeto, com as seguintes informaes:

- 1 - a definio do objeto contratual e dos métodos para a sua execuo, vedadas especificaes excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competio ou a realizao do certame;
- 2 - o valor estimado do objeto da licitao demonstrado em planilhas, de acordo com o preço de mercado; e
- 3 - o cronograma físico-financeiro, se necessário;

- b) o critério de aceitao do objeto;
- c) os deveres do contratado e do contratante;





- d) a relação dos documentos essenciais  verificação da qualificação técnica e econmico financeira, se necessária;
- e) os procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato ou da ata de registro de preços;
- f) o prazo para execução do contrato; e
- g) as sanções previstas de forma objetiva, suficiente e clara.

 1 A classificação de bens e serviços como comuns depende de exame predominantemente ftico e de natureza técnica.

 2 Os bens e serviços que envolverem o desenvolvimento de soluções específicas de natureza intelectual, científica e técnica, caso possam ser definidos nos termos do disposto no inciso XXIV do caput, serão licitados por pregão, na forma eletrnica.

**XXII** - estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a melhor solução ao problema a ser resolvido e que, na hipótese de conclusão pela viabilidade da contratação, fundamenta o termo de referência;

**XXIII** - lances intermediários: lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, porém inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante;

**XXIV** - bens e serviços comuns: bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

**Art. 4** Os participantes de licitação na modalidade de pregão devem ater-se  fiel observância dos procedimentos estabelecidos neste Decreto, podendo qualquer interessado acompanhar o desenvolvimento do processo, desde que não interfira de modo a perturbar ou a impedir a realização dos trabalhos.



§ 1° O acesso ao recinto onde se desenvolve a sessão do pregão pode ser restringido a pessoal previamente identificado e qualificado.

§ 2° O abuso de direito, inclusive mediante comportamento inidôneo, a litigância inspirada pela m-f e o uso de recurso meramente protelatório, são motivos para apuro e punio pela Administrao, em regular processo, com garantia da ampla defesa e do contraditório.

§ 3° Do pregoeiro, da equipe de apoio e de todos os demais servidores envolvidos na licitao, será exigida conduta estritamente tica, proba, impessoal e transparente, inclusive consoante às regras contidas no *caput* do art. 37 e seu § 4°, da Constituio Federal.

#### **Seo I** **Da Fase Preparatória**

**Art. 5°** A fase preparatória do pregão observar as seguintes regras:

**I** - caberá à unidade solicitante elaborar o Termo de Referência e iniciar o processo, com as seguintes especificaoes:

- a)** justificativa da contratao;
- b)** definio do objeto de forma precisa, suficiente e clara, vedadas as especificaoes que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competio;
- c)** disponibilidade de elementos ou documentos técnicos indispensáveis à perfeita caracterizao do objeto licitado;
- d)** se necessário, exigir apresentao de amostra do produto e os requisitos para sua verificao;
- e)** preço unitário e global estimado para cada item, mesmo quando se tratar de julgamento pelo valor global do lote, como referência para o julgamento do pregoeiro, mesmo que não constem do edital respectivo;
- f)** critérios de aceitabilidade do objeto;
- g)** prazo de execuo e local de entrega;
- h)** cronograma físico-financeiro, quando for o caso;



- i)** condição de pagamento, que deverá observar as regras do art. 5 e seu  3 e no inc. XIV do art. 40, todos da Lei Federal n 8.666/1993;
- j)** deveres do contratado e do contratante;
- k)** procedimentos de fiscaliza e gerenciamento do contrato, se aplicável;
- l)** demais condições essenciais para o fornecimento ou para a prestação do serviço demandado pela Administração;
- m)** sanções cabíveis.

**II** - para julgamento, será adotado o critério de menor preço ou maior oferta, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros de desempenho e de qualidade e as demais condições definidas no edital;

**III** - o edital poderá admitir, como critério de julgamento, a oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, nos casos de peças de veículos, medicamentos, passagens aéreas, hortifrutigranjeiros, manutenções e outros itens sujeitos a tabelamento similar;

**IV** - o edital poderá estabelecer, quando o critério de julgamento for por menor valor global ou por lote, para fins de adequação dos valores unitários da proposta comercial:

- a)** aplicação de desconto percentual linear nos preços unitários da proposta inicial, calculado a partir da diferença entre o valor global da proposta vencedora e o valor global da respectiva proposta inicial, dividida pelo valor global inicial;
- b)** readequação não linear dos preços unitários, a critério do licitante, respeitado como limite máximo o valor global final ofertado, desde que os preços unitários finais sejam menores ou iguais aos preços unitários da proposta inicial;
- c)** nas hipóteses das alíneas "a" e "b", fica facultado ao pregoeiro, após a adequação dos valores segundo as regras pertinentes, realizar negociação com o proponente vencedor visando à redução de preços unitários, para qualquer um dos itens individualmente;
- d)** para fins do disposto neste inciso, o cáculo do valor global dar-se- pela somatória dos preços





unitários dos itens da proposta, multiplicados por suas respectivas quantidades.

§ 1 Sendo necessária a formalização da operação por instrumento de contrato, as informações referidas nas alíneas "f" a "l" do inc. I serão incluídas naquele documento, cuja minuta será anexada ao edital, evitando sua repetição no termo de referência.

§ 2 As sanções referentes à infração na licitação constarão do edital e as referentes à execução constarão da minuta do contrato.

## **Seção II Do Processo**

**Art. 6** A realização do pregão observar as seguintes etapas sucessivas:

- I - planejamento da contratação;
- II - publicação do aviso de edital;
- III - apresentação de propostas e de documentos de habilitação;
- IV - abertura da sessão pública e envio de lances, ou fase competitiva;
- V - julgamento;
- VI - habilitação;
- VII - recursal;
- VIII - adjudicação; e
- IX - homologação.

**Art. 7** Os critérios de julgamento empregados na seleção da proposta mais vantajosa para a administração serão os de menor preço ou maior desconto, conforme dispuser o edital.

**Pargrafonico.** Serão fixados critérios objetivos para definição do melhor preço, considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade, as diretrizes do plano de gestão de logística sustentável e as demais condições estabelecidas no edital.

## **Seção III Do Edital**



**Art. 8°** A elaboração do edital de pregão deverá observar, no que couber, o disposto no art. 40 da Lei Federal n° 8.666/1993.

**§ 1°** Os editais podem ainda prever:

**I** - possibilidade de definição, pelo pregoeiro, de percentual ou valor mínimo de diferença entre os lances e tempo máximo para sua formulação, no início da fase de lances;

**II** - a possibilidade de remessa de documentos por meio eletrnico, desde que o licitante se declare responsável, sob as penas da lei, pela prova de sua autenticidade, a qual será permitida somente na sessão do pregão eletrnico, firmada com o uso da chave de identificação e código de acesso;

**III** - o prazo de validade das propostas, em princípio, será de 60 (sessenta) dias, contados da data da sua apresentação, se outro não estiver disposto no edital devendo o estabelecimento de prazos superiores ser justificado nos autos do processo.

**§ 2°** A referência a marcas de produto no Termo de Referência ou no Projeto Básico, mediante justificativa da área técnica requisitante (art. 7°, § 5° da Lei n° 8.666/93) e sob sua responsabilidade, observar o disposto nos arts. 11, 12 e 15 da Lei Federal n° 8.666/1993, e ainda as seguintes regras:

**I** - poderá haver referência a marcas para melhorar a especificação seguida das expressões "equivalente", "ou similar", "ou de melhor qualidade", hipótese em que o edital poderá dispensar a apresentação de amostra se a oferta do produto recair sobre as marcas indicadas; e

**II** - observância das hipóteses previstas na Lei Federal n° 8.666/ 1993.

**§ 3°** A aceitação e a rejeição do similar devem ser motivadas na ata de julgamento.

**§ 4°** A indicação ou exclusão de marcas pode ser definida em processo de pr-qualificação de objeto.



§ 5° A justificativa técnica para indicação ou precedência de marca ou similar, conforme disposto nos arts. 11, 12 e 15 da Lei Federal n° 8.666/1993, poderá fundamentar-se em:

**I** - laudo técnico, produzido por instituto credenciado no sistema do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - CONMETRO, ou por outro laboratório técnico capacitado;

**II** - laudo técnico, firmado por, no mínimo, 3 (três) profissionais com conhecimento técnico especializado em relação ao objeto;

**III** - textos técnicos publicados em revistas especializadas que tenham aferido os produtos;

**IV** - comprovação de que o produto se encontra de acordo com as normas técnicas determinadas pelos órgãos oficiais competentes ou pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT -, ou ainda por outra entidade credenciada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO;

**V** - outros meios que garantam a prevalência do conhecimento técnico e científico, com isenção e impessoalidade.

§ 6° Se for estabelecida a exigência ou a precedência de marca ou conjunto de marcas, aceitando-se a oferta de amostras de produtos de outros fabricantes, o critério da precedência poderá ser utilizado como desempate entre propostas, prevalecendo a regra do sorteio somente se os produtos forem de mesma marca.

§ 7° Quando o Termo de Referência ou o Projeto Básico exigir amostra, o edital deverá disciplinar se a mesma será requerida somente do vencedor, o momento em que serão examinadas pela equipe técnica e os critérios para análise de conformidade no desempenho.

§ 8° A remuneração dos serviços deverá considerar o resultado esperado, quantitativa e qualitativamente, evitando-se, sempre que possível, o pagamento associado a horas de serviço ou à disponibilidade de empregado do contratado.

§ 9° é vedado ao edital exigir:

**I** - garantia de proposta;



**II** - aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame;

**III** - pagamento de taxas e emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital, que não são superiores ao custo de sua reprodução gráfica e da utilização de tecnologia de informação, quando for o caso.

**§ 10.** Constitui anexo do edital, dele fazendo parte integrante:

**I** - Termo de Referência;

**II** - minuta do contrato, quando esse for obrigatório, nos termos do *caput* art. 62 e seu § 4 da Lei Federal n 8.666/1993.

**§ 11.** Na elaboração do edital deve-se considerar:

**I** - a desnecessidade de repetir condioes do Termo de Referência e cláusulas da minuta do contrato; e

**II** - a conveniência de padronização por categoria, tipo, natureza, qualidade, característica, funcionalidade, criticidade da demanda e relevância do objeto.

**§ 12.** Os contratos decorrentes do pregão deverão conter os elementos referidos na alínea "f" a "l" e, no que couber, na alínea "m" do inc. I do art. 5 deste Decreto.

**Art. 9** Cabe à autoridade competente, designada na forma prevista no ato legal, norma ou estatuto do órgão, entidade ou ente público, permitida a subdelegação:

**I** - determinar a abertura da licitação, devendo designar, dentre os servidores do órgão ou da entidade promotora da licitação, o pregoeiro responsável pela condução do pregão e a sua equipe de apoio.

**II** - assinar o edital de licitação e seus anexos;

**III** - decidir os recursos contra atos do pregoeiro, quando este mantiver a sua decisão;

**IV** - adjudicar o objeto da licitação em caso de recurso por ela apreciado;

**V** - homologar o resultado da licitação;



**VI** - promover a celebração do contrato quando este for obrigatório, nos termos do *caput* do art. 62 e seu § 4, da Lei Federal n 8.666/1993;

**VII** - revogar ou anular, total ou parcialmente, o processo licitatório.

§ 1 Somente poderá atuar como pregoeiro o servidor ou empregado público que tenha realizado capacitação específica para exercer a atribuição.

§ 2 A designação do pregoeiro, a critério da autoridade competente, poderá ocorrer pelo período de 1 (um) ano, admitindo-se reconduções, ou designação para licitação específica.

§ 3 No caso de se exigir a apresentação de amostra, poderá ser designada comissão técnica composta de, no mínimo, 3 (três) servidores, para verificar se o produto ou serviço atende aos requisitos inseridos no Termo de Referência.

§ 4 A critério da autoridade competente, as designações mencionadas no § 3 deste artigo poderão recair sobre servidores ou empregados pertencentes ao quadro permanente de outro órgão ou entidade.

§ 5 Os Secretários Municipais serão os responsáveis pela aprovação dos termos de referência e os estudos técnicos preliminares emitidos pelas suas respectivas secretarias.

#### **Seção IV Do Pregoeiro**

**Art. 10.** As atribuições do pregoeiro incluem:

**I** - a decisão sobre a impugnação do edital, sendo ouvido, por intermédio da autoridade competente, o setor responsável pela elaboração do edital e Termo de Referência, ou o órgão jurídico, conforme o caso;

**II** - o planejamento do desenvolvimento dos procedimentos;

**III** - emissão de editais de licitação, quando designados para tal função.

**IV** - a definição das atribuições dos membros da equipe de apoio;





**V** - o credenciamento dos interessados, quando se tratar de pregão presencial;

**VI** - o recebimento:

- a) da declarao dos licitantes dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitao;
- b) do envelope da proposta de preço, quando se tratar de pregão presencial;
- c) da documentao de habilitao, quando se tratar de pregão presencial;
- d) da amostra do produto, quando exigida no edital.

**VII** - a abertura das propostas de preço, o exame de conformidade do objeto ou, conforme o caso, de cada item, e a classificao dos proponentes;

**VIII** - a conduo dos procedimentos relativos aos lances;

**IX** - a decisão sobre a aceitabilidade da proposta/lance de menor preço, quando estes satisfizerem os requisitos de qualidade estabelecidos no edital;

**X** - análise e decisão sobre a habilitao do licitante ofertante do menor preço;

**XI** - a adjudicao do objeto ao ofertante da proposta/lance de menor preço, quando não houver recurso, ou, quando interposto, for acolhido pelo próprio pregoeiro;

**XII** - a elaborao da ata da sessão pública;

**XIII** - a coordenao dos trabalhos da equipe de apoio;

**XIV** - o recebimento e o exame dos recursos, e seu encaminhamento à autoridade competente, devidamente instruídos quando for o caso;

**XV** - a proposio à autoridade competente:

a) do adiamento da licitao e da conseqüente alterao de data;

b) da revogao ou da anulao, total ou parcial, do processo licitatório.

**XVI** - o encaminhamento do processo devidamente instruído à autoridade competente, após a adjudicao, visando à homologao e a conseqüente contratao.

**§ 1o**  facultado ao pregoeiro, no interesse da Administrao:



**I** - em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo;

**II** - solicitar aos setores competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões;

**III** - no julgamento das propostas e da habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e de sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, com validade e eficácia, e acessível a todos os interessados;

**IV** - relevar omissões puramente formais observadas na documentação e na proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.

**§ 2** Para fins de habilitação, é facultada ao pregoeiro a verificação de informações e o fornecimento de documentos que constem de sítios eletrnicos dergos e entidades das esferas municipal, estadual e federal, emissores de certidões, devendo tais documentos serem juntados ao processo.

**§ 3** A possibilidade da consulta prevista no § 2 não constitui direito do licitante, sendo que a Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrnicos no momento a que se refere o inc. I do § 1, hipótese em que, em face do não saneamento das falhas constatadas, o licitante será declarado inabilitado.

#### **Seção V** **Da Fase Externa do Pregão**

**nnnnn** A fase externa do Pregão será iniciada com a publicação de aviso de licitação para a convocação dos interessados em participar do certame, observando as seguintes regras:

**I** - a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso:

- a)** norgo Oficial do Município de Guatapar;
- b)** por meio eletrnico;
- c)** no Diário Oficial da União, quando obrigatório por força de disposição normativa expressa;



**d)** no Diário Oficial do Estado de São Paulo, quando obrigatório por força de disposio normativa expressa;

**II** - do edital e do aviso constarão:

- a)** definio precisa, suficiente e clara do objeto;
- b)** a indicao dos locais, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital, e o local onde será realizada a sessão pública do pregão;
- c)** em caso de pregão eletrnico, o endereço na internet onde ocorrerá a sessão pública, a data e hora limite para encaminhamento de propostas, a data e hora de realizao da sessão pública e a indicao de que o pregão será realizado por meio de sistema eletrnico.

**III** - o edital fixará prazo não inferior a 8 (oito) dias úteis, contados da publicao do aviso no diário oficial, para que os interessados apresentem suas propostas.

§ 1o A publicao de que trata o inc. I se dará em jornal de grande circulao em processos licitatórios cujo vulto seja superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

§ 2o Na contagem dos prazos estabelecidos neste Decreto:

**I** - exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, e consideram-se os dias úteis;

**II** - são se iniciam e expiram os prazos em dia e horário de expediente no órgão, na entidade ou ente público.

**Art. 12.** Até 3 (três) dias úteis antes da abertura do certame, contados na forma do § 2o do art. 11, qualquer pessoa, inclusive licitante, poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o ato convocatório do pregão.

§ 1o Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petio no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da sua protocolizao, apoiado pelo setor técnico responsável pela elaborao do edital ou pelo órgão jurídico, conforme o caso.



§ 2° Será designada nova data para a realiza do certame quando:

**I** - for acolhida a impugna contra o ato convocatório;

**II** - o pregoeiro não responder dentro do prazo estabelecido no § 1°;

**III** - houver altera no edital durante o curso do prazo estabelecido para o recebimento dos documentos e classifica, caso em que o prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a altera não afetar a formula das propostas.

§ 3° A designa de nova data exige divulga pelo mesmo instrumento em que se deu aquela do texto original.

§ 4° A não-impugna do edital, na forma e tempo definidos, acarreta a decadência do direito de discutir na esfera administrativa as regras do certame.

§ 5° Serão aceitos impugnaes, esclarecimentos e recursos via correio eletrnico (e-mail), devendo observar o que determina o edital.

## **CAPÍTULO II DO PREGÃO PRESENCIAL**

### **Seção I Das Regras Gerais e do Incio da Sessão**

**Art. 13.** A sessão pública do pregão na forma presencial observar as seguintes regras:

**I** - no início do horário da sessão, o pregoeiro ou, por delega deste a equipe de apoio, procederá ao credenciamento dos licitantes ou dos representantes legais presentes, comprovando, se for o caso, a outorga de poderes necessários para a formula de lances e para a prática de todos os demais atos inerentes ao pregão, observando-se ainda que:

**a)** não será permitido ao mesmo credenciado representar mais de um proponente no mesmo certame;



**b)** não será permitido mais de um credenciado para o mesmo proponente.

**II** - aberta a sessão, o pregoeiro apresentar aos presentes os esclarecimentos sobre a condução do certame e receberá de cada licitante, além do envelope de proposta, a declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e os documentos de credenciamento;

**III** - a apresentação de proposta vincular o seu autor a todas as condições e obrigações inerentes ao certame;

**IV** - as propostas serão abertas na sessão e somente serão classificadas se estiverem em conformidade com o edital;

**V** - as propostas classificadas serão ordenadas em ordem crescente a partir da de menor preço, selecionando-se aquelas que tenham apresentado valores superiores em até 10% (dez por cento), relativamente àquela de menor preço;

**VI** - quando não forem verificadas, no mínimo, 3 (três) propostas nas condições definidas no inc. V, o pregoeiro selecionar as melhores propostas, em ordem crescente de valor, até o máximo de 3 (trs), quaisquer que sejam os preços oferecidos, para que seus autores participem dos lances verbais;

**VII** - a apresentação de lances verbais pelos licitantes cujas propostas foram selecionadas deverá ser formulada de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta de maior preço;

**VIII** - em alternância ao disposto no inc. VII, o edital poderá admitir a possibilidade de o licitante oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado em ata, observada a solução tecnológica utilizada pelo pregoeiro;

**IX** - quando permitido no edital ou quando acordado entre o pregoeiro e todos os licitantes participantes, poderá ser definido percentual ou valor de redução mínima entre os lances e o tempo máximo para sua formulação;

**X** - a desistência de apresentação de lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e a manutenção do último preço apresentado, para efeito de posterior ordenação das propostas;





**XI** - será verificada a compatibilidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado da contratação, caso não se realizem lances verbais;

**XII** - a proposta única poderá ser aceita, desde que atenda a todos os termos do edital e que o preço seja compatível com os praticados no mercado;

**XIII** - encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade daquela classificada provisoriamente em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;

**XIV** - se julgar necessário, o pregoeiro poderá estabelecer prazo para que o licitante titular da melhor oferta faça entrega de nova planilha de preços readequada ao lance vencedor, desde que esta planilha esteja prevista no ato convocatório e tenha sido apresentada, preliminarmente, juntamente com a proposta comercial;

**XV** - para fins de aceitabilidade da oferta, quando o lote for composto por mais de um item e o julgamento for pelo preço global do lote, o pregoeiro deverá analisar o preço unitário de cada item, em conformidade com a estimativa de preços elaborada pelo órgão, decidindo motivadamente a respeito;

**XVI** - caso entenda que o preço  inexecuível, o pregoeiro deverá, antes de desclassificar a oferta, estabelecer prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço, e sendo confirmada a inexecubilidade, com a finalidade de tornar mais eficiente o certame, o pregoeiro poderá convocar os licitantes para a apresentação de novos lances, observadas as condições estabelecidas neste artigo;

**XVII** - para demonstração da exequibilidade do preço ofertado, serão admitidos:

a) planilha de custos elaborada pelo próprio licitante, sujeita ao exame pela Administração;

b) contratação em andamento com preços semelhantes.

**XVIII** - o licitante que ofertar preço considerado inexecuível pelo pregoeiro, e que não demonstre posteriormente a sua exequibilidade, sujeita-se às sanções administrativas pela não manutenção da proposta previstas no art. 87 da Lei Federal não 8.666/1993, sem prejuízo de outras sanções, inclusive



aquela tipificada em seu art. 93, e no art. 7° da Lei Federal n° 10.520 de 2002;

**XIX** - sendo aceitável a oferta de menor preço, o pregoeiro conferir a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado e verificar o atendimento das condições fixadas no edital;

**XX** - o licitante inscrito no Cadastro de Fornecedores do órgão ou da entidade promotora da licitação poderá substituir os documentos de habilitação exigidos no edital pelo Certificado de Registro Cadastral - CRC -, desde que estabelecido no edital;

**XXI** - no caso de não constar no CRC documento exigido no edital, o licitante deverá apresentá-lo em original ou cópia autenticada, na própria sessão, no momento determinado pelo pregoeiro;

**XXII** - o licitante não cadastrado deverá apresentar toda a documentação de habilitação, exigida no edital, em original ou cópia autenticada;

**XXIII** - na hipótese dos incs. XXI e XXII, se a cópia não estiver autenticada, o licitante deverá apresentá-la acompanhada do documento original, para conferência de sua autenticidade;

**XXIV** - verificado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame;

**XXV** - se a oferta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, até a seleção daquela que atenda ao edital, e cujo ofertante, uma vez preenchidas as condições de habilitação, será declarado vencedor;

**XXVI** - nas situações previstas nos incs. XII, XIII e XXIV, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o detentor da melhor oferta, para que seja obtido preço mais favorável para a Administração, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital;

**XXVII** - uma vez declarado o vencedor:

**a)** qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, a qual será lavrada em ata;

**b)** o licitante poderá apresentar as razões do recurso na própria sessão, as quais serão reduzidas a termo, pelo pregoeiro, na respectiva ata;



**c)** para os licitantes que manifestarem a intenao de recorrer, será concedido o prazo de 3 (três) dias, contados a partir da comunicaao da abertura do prazo para a apresentaao das razoes do recurso, assegurada vista imediata dos autos;

**d)** apresentada as razoes do recurso, os demais licitantes serão comunicados para apresentar impugnaao dentro do mesmo prazo acima, assegurada vista imediata dos autos;

**e)** na contagem dos prazos, excluir-se- o dia do início e incluir-se o do vencimento e só se iniciam os prazos referidos nas alíneas anteriores em dia de expediente no órgão licitante;

**f)** independente da manifestaao de que trata a alínea "c", após o término da sessão, será assegurada vista imediata dos autos a todos os licitantes.

**XXVIII** - a falta de manifestaao imediata e motivada por parte do licitante importará na decadência do direito de interposiao de recurso e na adjudicaao do objeto da licitaao pelo pregoeiro ao vencedor, na própria sessão;

**XXIX** - o recurso contra a decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo, exceto quando manifestamente protelatório ou quando o pregoeiro puder decidir de plano;

**XXX** - decididos os recursos pela autoridade competente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a própria autoridade adjudicará o objeto da licitaao ao vencedor e homologará o processo para determinar a contrataao;

**XXXI** - o acolhimento de recurso importará na validaao exclusivamente dos atos suscetíveis de aproveitamento;

**XXXII** - as informaçoes relativas à sessão pública do preço deverão constar de ata;

**XXXIII** - a ata será lavrada por membro da equipe de apoio, sob as ordens do pregoeiro, e será assinada por ambos, juntando-se a ela a lista dos presentes  sessão;

**XXXIV** - as divergências quanto ao registro em ata serão decididas pelo pregoeiro, que assinalar, após o registro de seu entendimento, que o faz sob protesto do licitante.



**Art. 14.** Para a habilitação dos licitantes será exigida exclusivamente a documentação prevista na legislação federal pertinente, relativa a:

- I** - habilitação jurídica;
- II** - qualificação técnica, quando for o caso;
- III** - qualificação econmico-financeiro;
- IV** - regularidade fiscal;
- V** - cumprimento do disposto no inc. XXXIII do art. 7 da Constituição Federal e na Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999.

**Parágrafo nico.** A documentação relativa aos incs. I, III, e IV poderá ser substituída pelo Certificado de Registro Cadastral - CRC - emitido pelo órgão municipal competente, ou outro igualmente oficial que atenda os requisitos previstos na legislação específica, desde que estabelecidos no edital.

**Art. 15.** O licitante que der causa ao retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fazer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

**Parágrafo nico.** A decretação do impedimento de licitar e contratar é de competência do Titular da Secretaria Municipal da Administração - SMA -, em regular processo administrativo que assegure ao licitante o direito prévio da comunicação e ao exercício do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a eles inerentes.

### **CAPÍTULO III DO PREGÃO ELETRNICO**

**Art. 16.** O pregão, na forma eletrnica, será realizado quando a disputa pelo fornecimento de bens ou pela contratação de serviços comuns ocorrer  distância e em sessão pública, por meio de sistemas próprios, do sistema de compras do Governo Federal, disponível no endereço eletrnico [www.b11compras.com](http://www.b11compras.com) ou outros



sistemas disponíveis no mercado, desde que estejam integrados à plataforma de operacionalização das modalidades de transferências voluntárias.

**Parágrafo nico.** O sistema de que trata o *caput* será dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam as condições de segurança nas etapas do certame.

**Art. 17.** A realização do pregão, na forma eletrnica, observar as seguintes etapas sucessivas:

- I - planejamento da contratação;
- II - publicação do aviso de edital;
- III - apresentação de propostas e de documentos de habilitação;
- IV - abertura da sessão pública e envio de lances ou fase competitiva;
- V - julgamento;
- VI - habilitação;
- VII - recursal;
- VIII - adjudicação; e
- IX - homologação.

**Art. 18.** Os critérios de julgamento empregados na seleção da proposta mais vantajosa para a administração serão os de menor preço ou maior desconto, conforme dispuser o edital.

**Parágrafo nico.** Serão fixados critérios objetivos para definição do melhor preço, considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade, as diretrizes do plano de gestão de logística sustentável e as demais condições estabelecidas no edital.

**Art. 19.** O processo relativo ao pregão, na forma eletrnica, será instruido com os seguintes documentos, no mínimo:

- I** - estudo técnico preliminar, quando necessário;
- II** - termo de referência;
- III** - planilha estimativa de despesa;





**IV** - previsão dos recursos orçamentários necessários, com a indicao das rubricas, exceto na hipótese de pregão para registro de preços;

**V** - autorizao de abertura da licitao;

**VI** - designao do pregoeiro e da equipe de apoio;

**VII** - edital e respectivos anexos;

**VIII** - minuta do termo do contrato ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;

**IX** - parecer jurídico;

**X** - documentao exigida e apresentada para a habilitao;

**XI** - proposta de preços do licitante;

**XII** - ata da sessão pública, que conter os seguintes registros, entre outros:

a) os licitantes participantes;

b) as propostas apresentadas;

c) os avisos, os esclarecimentos e as impugnaes;

d) os lances ofertados, na ordem de classificao;

e) a suspensão e o reinício da sessão, se for o caso;

f) a aceitabilidade da proposta de preço;

g) a habilitao;

h) a decisão sobre o saneamento de erros ou falhas na proposta ou na documentao;

i) os recursos interpostos, as respectivas análises e as decisões; e

j) o resultado da licitao;

**XIII** - comprovantes das publicaes:

a) do aviso do edital;

b) do extrato do contrato; e

c) dos demais atos cuja publicidade seja exigida; e

**XIV** - ato de homologao.

§ 1o A instruo do processo licitatório poderá ser realizada por meio de sistema eletrnico, de modo que os atos e os documentos de que trata este artigo, constantes dos arquivos e registros digitais, serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovao e prestao de contas.

§ 2o A ata da sessão pública será disponibilizada na internet imediatamente após o seu encerramento para acesso livre.



**Art. 20.** A autoridade competente do órgão ou da entidade promotora da licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio e os licitantes que participarem do pregão, na forma eletrnica, serão previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrnico.

 1 O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

 2 Caberá à autoridade competente do órgão ou da entidade promotora da licitação solicitar, junto ao provedor do sistema, o seu credenciamento, o do pregoeiro e o dos membros da equipe de apoio.

**Art. 21.** O pregão, na forma eletrnica, será conduzido pelo órgão ou pela entidade promotora da licitação, com apoio técnico e operacional do provedor do sistema eletrnico.

**Art. 22.** Caberá à autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou no estatuto do órgão ou da entidade promotora da licitação:

- I** - designar o pregoeiro e os membros da equipe de apoio;
- II** - indicar o provedor do sistema;
- III** - determinar a abertura do processo licitatório;
- IV** - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;
- V** - adjudicar o objeto da licitação, quando houver recurso;
- VI** - homologar o resultado da licitação; e
- VII** - celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços.

**Art. 23.** No planejamento do pregão, na forma eletrnica, será observado o seguinte:

- I** - elaboração do estudo técnico preliminar e do termo de referência;
- II** - aprovação do estudo técnico preliminar e do termo de referência pela autoridade competente ou por quem esta delegar;



**III** - elaboração do edital, que estabelecer os critérios de julgamento e a aceitação das propostas, o modo de disputa e, quando necessário, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

**IV** - definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, dos prazos e das condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e a execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração pública; e

**V** - designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio.

**Parágrafo nico.** Os Secretários Municipais serão os responsáveis pela aprovação dos estudos técnicos preliminares e dos termos de referência emitidas pelas suas respectivas secretarias.

**Art. 24.** O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente do edital, possuir caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

** 1o** O caráter sigiloso do valor estimado ou do valor máximo aceitável para a contratação será fundamentado no  3o do art. 7o da Lei Federal não 12.527, de 18 de novembro de 2011, e no art. 20 do Decreto Federal não 7.724, de 16 de maio de 2012.

** 2o** Para fins do disposto no *caput*, o valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias  elaboração das propostas.

** 3o** Nas hipóteses em que for adotado o critério de julgamento pelo maior desconto, o valor estimado, o valor máximo aceitável ou o valor de referência para aplicação do desconto constará obrigatoriamente do instrumento convocatório.



**Art. 25.** Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem possuir a competência, designar agentes públicos para o desempenho das funções previstas neste Decreto, observados os seguintes requisitos:

**I** - o pregoeiro e os membros da equipe de apoio serão servidores do órgão ou da entidade promotora da licitação; e

**II** - os membros da equipe de apoio serão, em sua maioria, servidores ocupantes de cargo efetivo, preferencialmente pertencentes aos quadros permanentes do órgão ou da entidade promotora da licitação.

** 1o** A critério da autoridade competente, o pregoeiro e os membros da equipe de apoio poderão ser designados para uma licitação específica, para um período determinado, admitidas reconduções, ou por período indeterminado, permitida a revogação da designação a qualquer tempo.

** 2o** Os rgos e as entidades de que trata o  1o do art. 1o estabelecerão planos de capacitação que contenham iniciativas de treinamento para a formação e a atualização técnica de pregoeiros, membros da equipe de apoio e demais agentes encarregados da instrução do processo licitatório, a serem implementadas com base em gestão por competências.

**Art. 26.** Caberá ao pregoeiro:

**I** - conduzir a sessão pública;

**II** - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

**III** - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

**IV** - coordenar a sessão pública e o envio de lances;

**V** - verificar e julgar as condições de habilitação;

**VI** - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

**VII** - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

**VIII** - indicar o vencedor do certame;



- IX** - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- X** - conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
- XI** - encaminhar o processo devidamente instruido à autoridade competente e propor a sua homologação, e;
- XII** - emissão do edital.

**Parágrafo nico.** O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade a fim de subsidiar sua decisão.

**Art. 27.** Caberá à equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas etapas do processo licitatório.

**Art. 28.** Caberá ao licitante interessado em participar do preço, na forma eletrnica:

- I** - credenciar-se previamente no sistema eletrnico utilizado no certame;
- II** - remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;
- III** - responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome bem como assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- IV** - acompanhar as operações no sistema eletrnico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- V** - comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- VI** - utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do preço na forma eletrnica;
- VII** - solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.





**Parágrafo nico.** O fornecedor descredenciado no sistema eletrnico terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

**Art. 29.** A fase externa do pregão, na forma eletrnica, será iniciada com a convocação dos interessados por meio da publicação do aviso do edital no Diário Oficial do Município.

** 1** Em se tratando de licitação oriunda de recursos da União, o edital deverá ser publicado no Diário Oficial da União.

** 2** As licitações com recursos do Governo do Estado os editais deverão ser publicados no Diário Oficial do Estado.

**Art. 30.** O edital será disponibilizado na íntegra no sítio eletrnico do Município.

**Art. 31.** As modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

**Art. 32.** Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrnico, na forma do edital.

** 1** O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

** 2** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

**Art. 33.** Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrnico, na forma



prevista no edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

** 1** A impugnao não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaborao do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnao no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnao.

** 2** A concessão de efeito suspensivo  impugnao  medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitao.

** 3** Acolhida a impugnao contra o edital, será definida e publicada nova data para realizao do certame.

**Art. 34.** O prazo fixado para a apresentao das propostas e dos documentos de habilitao não será inferior a 8 (oito) dias úteis, contados da data de publicao do aviso do edital.

**Art. 35.** Após a divulgao do edital no sítio eletrnico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitao exigidos no edital, proposta com a descrio do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

** 1** A etapa de que trata o caput será encerrada com a abertura da sessão pública.

** 2** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitao exigidos no edital, nos termos do disposto no caput, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

** 3** O licitante declarar, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitao e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

** 4** A falsidade da declarao de que trata o  3 sujeitará o licitante às sanoes previstas neste Decreto.



§ 5° Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitao anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

§ 6° Na etapa de apresentao da proposta e dos documentos de habilitao pelo licitante, observado o disposto no *caput*, não haverá ordem de classificao das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o art. 47 deste Decreto.

§ 7° Os documentos que compõem a proposta e a habilitao do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliao do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

§ 8° Os documentos complementares  proposta e  habilitao, quando necessários  confirmao daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o § 2° do art. 47.

**Art. 36.** A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta pelo pregoeiro com a utilizao de sua chave de acesso e senha.

§ 1° Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilizao de sua chave de acesso e senha.

§ 2° O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

**Art. 37.** O pregoeiro verificar as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

**Parágrafo nico.** A desclassificao da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

**Art. 38.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro.



**Parágrafo nico.** Somente as propostas classificadas pelo pregoeiro participarão da etapa de envio de lances.

**Art. 39.** Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrnico.

 1 O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

 2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no edital.

 3 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

 4 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

 5 Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**Art. 40.** Serão adotados para o envio de lances no pregão eletrnico os seguintes modos de disputa:

**I** - aberto: os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital;

**II** - aberto e fechado: os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

**Parágrafo nico.** No modo de disputa aberto, o edital prever intervalo mínimo de diferença de valores ou de



percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

**Art. 41.** No modo de disputa aberto, de que trata o inc. I do **art. 40**, a etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

 1 A prorrogo automática da etapa de envio de lances, de que trata o *caput*, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogo, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

 2 Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no *caput* e no  1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

 3 Encerrada a sessão pública sem prorrogo automática pelo sistema, nos termos do disposto no  1, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecuio do melhor preço, mediante justificativa.

**Art. 42.** No modo de disputa aberto e fechado, de que trata o inc. II do art. 45, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos.

 1 Encerrado o prazo previsto no *caput*, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

 2 Encerrado o prazo de que trata o  1, o sistema abrir a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.





§ 3° Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições de que trata o § 2°, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (trs), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

§ 4° Encerrados os prazos estabelecidos nos § 2° e § 3°, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

§ 5° Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos § 2° e § 3°, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (trs), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no § 4°.

§ 6° Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no § 5°.

**Art. 43.** Na hipótese de o sistema eletrnico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejzido dos atos realizados.

**Art. 44.** Quando a desconexão do sistema eletrnico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrnico utilizado para divulgação.

**Art. 45.** Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2° do art. 3° da Lei n 8.666/93, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.



**Art. 46.** Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do art. 44, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

**Parágrafo nico.** Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrnico dentre as propostas empatadas.

**Art. 47.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrnico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociao em condioes diferentes das previstas no edital.

 1o A negociao será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

 2o O instrumento convocatório deverá estabelecer prazo de, no mínimo, duas horas, contado da solicitao do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociao de que trata o caput.

**Art. 48.** Encerrada a etapa de negociao de que trata o art. 47, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto  adequao ao objeto e à compatibilidade do preço em relao ao máximo estipulado para contratao no edital, observado o disposto no parágrafo único do art. 18 e no  8o do art. 35, e verificar a habilitao do licitante conforme disposioes do edital.

**Art. 49.** Para habilitao dos licitantes, será exigida exclusivamente a documentao relativa:

- I -  habilitao jurídica;
- II -  qualificao técnica;
- III -  qualificao econmico-financeira;
- IV -  regularidade fiscal e trabalhista;
- V -  regularidade fiscal perante as Fazendas Públicas estaduais, distrital e municipais, quando necessário;
- e



VI - ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e no inciso XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

**Parágrafo nico.** A documentação exigida para atender ao disposto nos incisos I, III, IV e V poderá ser substituída pelo registro cadastral CRC.

**Art. 50.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

**Parágrafo nico.** Na hiptose de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos de que trata o *caput* serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**Art. 51.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, serão exigidas:

I - a comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, com indicação da empresa líder, que atender as condições de liderança estabelecidas no edital e representar as consorciadas perante a União;

II - a apresentação da documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;

III - a comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada empresa consorciada, na forma estabelecida no edital;

IV - a demonstração, por cada empresa consorciada, do atendimento aosndices contábeis definidos no edital, para fins de qualificação econmico-financeira;

V - a responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas etapas da licitação e durante a vigência do contrato;

VI - a obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas



brasileiras e estrangeiras, observado o disposto no inciso I; e  
VII - a constituio e o registro do consórcio antes da celebrao do contrato.

**Parágrafo nico.** Fica vedada a participao de empresa consorciada, na mesma licitao, por meio de mais de um consórcio ou isoladamente.

**Art. 52.** Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido no edital, após solicitao do pregoeiro no sistema eletrnico, observado o prazo disposto no  2 do art. 47.

** 1** A verificao pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrnicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitao.

** 2** Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitao, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificao, até a apurao de uma proposta que atenda ao edital.

** 3** Na hipótese de contratao de serviços comuns em que a legislao ou o edital exija apresentao de planilha de composio de preços, esta deverá ser encaminhada exclusivamente via sistema, no prazo fixado no edital, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

** 4** No preço, na forma eletrnica, realizado para o sistema de registro de preços, quando a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratao, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificao, observado o preço da proposta vencedora, precedida de posterior habilitao.



§ 5° A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte será exigida nos termos do disposto no art. 4° do Decreto Municipal n° 4.281, de 30 de março de 2017 e normas posteriores.

**Art. 53.** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

§ 1° As razões do recurso de que trata o *caput* deverão ser apresentadas no prazo de 3 (três) dias.

§ 2° Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§ 3° A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto  intenção de recorrer, nos termos do disposto no *caput*, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 4° O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

**Art. 54.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

**Art. 55.** Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruido à autoridade superior e propor a homologação.

**Art. 56.** O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuir validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.





**Parágrafo nico.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realizao de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o *caput*, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**Art. 57.** Após a homologao, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

 1 Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovao das condioes de habilitao consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

 2 Na hipótese de o vencedor da licitao não comprovar as condioes de habilitao consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificao, para, após a comprovao dos requisitos para habilitao, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociao, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo da aplicao das sanoes de que trata o art. 49.

 3 O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, permitida a fixao de prazo diverso no edital.

**Art. 58.** Ficará impedido de licitar e de contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominaoes legais, garantido o direito  ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- I - não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- II - não entregar a documentao exigida no edital;



- III - apresentar documentação falsa;
- IV - causar o atraso na execução do objeto;
- V - não mantiver a proposta;
- VI - falhar na execução do contrato;
- VII - fraudar a execução do contrato;
- VIII - comportar-se de modo inidôneo;
- IX - declarar informação falsas; e
- X - cometer fraude fiscal.

 1 As sanoes descritas no *caput* têm se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

 2 As sanoes serão registradas e publicadas no Diário Oficial do Município de Patos de Minas.

**Art. 59.** A autoridade competente para homologar o procedimento licittorio de que trata este Decreto poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

**Parágrafo nico.** Os licitantes não terão direito  indenização em decorrência da anulação do procedimento licittorio, ressalvado o direito do contratado de boa-f ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

#### **CAPÍTULO IV DAS DISPOSIOES FINAIS**

**Art. 60.** Nenhuma contratação será autorizada sem a efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dela decorrentes, no exercício financeiro em curso.

 1 Para fins de contratação, será exigida do adjudicatário a comprovação das condioes de habilitação consignadas no edital.



§ 2° Quando o licitante vencedor não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, ou recusar-se a assiná-lo ou a retirar o instrumento equivalente, no prazo fixado no edital, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação para, realizada a negociação e comprovados os requisitos de habilitação, assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, sem prejuízo das sanções previstas no edital e das demais cominações legais.

**Art. 61.** Será de inteira responsabilidade, podendo responder administrativamente, civilmente e criminalmente:

I - o órgão requisitante pelo Termo de Referência/Projeto Básico, se estiver em desconformidade com o inc. I do art. 23 deste Decreto, se houver direcionamento da licitação ou algum ato ilegal.

II - o engenheiro municipal ou prestador de serviço que tenha assinado pelas planilhas, cronogramas, projetos e Especificações técnicas em caso de Serviços e Obras de Engenharia, caso seja verificado que houve alguma ilegalidade quanto a estes documentos.

III - servidor municipal ou Comissão Técnica que fizer análise técnica, parecer e julgamento, caso seja verificado que houve alguma ilegalidade quanto a estas análises.

IV - servidor municipal ou comissões técnicas, que induzir as Comissões de Pregões ao erro, seja por dolo ou culpa.

V - servidores municipais ou Comissões Técnicas nomeadas que deixarem de responder ofícios relacionados aos processos licittorios, dirimir dvidas encaminhadas pelas Comissões de Pregões ou deixar de prestar esclarecimentos dentro do prazo estabelecido, retardando assim o prosseguimento do processo licittorio.

**Art. 62.** Aplica-se a Lei Geral de Licitações e Lei Federal n.o 8.666/93, art. 6o, inciso V, para as licitações de grande vulto.



**Art. 63.** Aplicam-se a este Decreto, subsidiariamente, as normas da Lei Federal n 8.666/1993 e Lei 10.520/2002 e suas respectivas alteraes.

**Art. 64.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1 de agosto de 2020, revogando as disposições em contrário.

**PAÇO MUNICIPAL LUIZ BORBA MOURA, AOS DOZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE.**

**JURACY COSTA DA SILVA,  
Prefeito Municipal**

**REGISTRADO EM LIVRO PRÓPRIO ARQUIVADO JUNTO  SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E PUBLICADO NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR.**

**VALDIR DE OLIVEIRA JARDIM  
Chefe de Gabinete**